

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

ASPECTOS DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA MUNDIAL DE 2007/2008 E O BRASIL NO CONTEXTO¹

Marlon Vinícius Machado², Argemiro L. Brum³.

¹ Artigo produzido para a disciplina Economia Nacional e Internacional junto ao MBA em Finanças e Mercado de Capitais da UNIJUI, Campus Ijuí.

² Professor da UNIJUI, Mestre em Modelagem Matemática pela UNIJUI e pós-graduando do curso de Especialização MBA em Finanças e Mercado de Capitais, mmmat15@hotmail.com.

³ Professor da UNIJUI, doutor em Economia Internacional pela EHESS de Paris (França), argelbrum@unijui.edu.br.

Introdução

A Economia, ciência que estuda processos de produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços dos Estados, tem grande importância no desenvolvimento mundial. Em um país aonde a economia vai bem, tudo funciona bem, já quando a economia vai mal, tudo se torna mais difícil. O cenário fica ainda pior quando uma crise econômico-financeira atinge âmbito mundial, gerando efeitos negativos pelo mundo todo, como por exemplo, a crise de 2007/2008. Este estudo busca apresentar a origem, causas e efeitos da crise. Aborda, também, como os Estados-Nações a enfrentam e como o Brasil se insere nesse contexto.

O objetivo deste estudo é destacar os principais aspectos da crise econômico-financeira mundial de 2007/2008, e como o Brasil reagiu à mesma. Obviamente, sem a pretensão de esgotar o assunto, mesmo porque o tema é vasto e com diferentes análises conforme os campos ideológicos de seus autores. Para tal, a metodologia adotada foi a da pesquisa bibliográfica a partir de dados secundários existentes sobre o assunto.

O presente artigo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresenta-se alguns aspectos da origem e das causas da crise. A segunda parte traz um levantamento de como o mundo vem enfrentando a crise. Enfim, na terceira parte busca-se mostrar como o Brasil está inserido no contexto desta crise global.

1 A Crise de 2007/2008

Uma crise econômico-financeira, de grande porte, não acontece de forma imediata, vários fatores contribuem para tal. Um exemplo é a crise de 2007/2008, iniciada nos Estados Unidos, que teve forte influência no sistema econômico mundial.

Autores como Bresser-Pereira (2010), Oreiro (2011) e Silber (2010) sugerem que a crise de 2007/2008 teve seu início em meados dos anos de 1970 e 1980. Silber (2010) diz que o grande motivo por trás desta crise foi a gradual desregulamentação do mercado financeiro, iniciada nos Estados Unidos, Europa e Japão, a partir de 1980. Já Oreiro (2011) afirma que esta crise teve início no final da década de 1970, sendo resultado do modus operandi do "capitalismo neoliberal" implantado na época. E, Bresser-Pereira (2010) complementa o pensamento de Silber (2010) e Oreiro (2011) dizendo que a crise de 2008 teve seu início na década de 1980, resultado do processo de financeirização, da criação maciça de riqueza fictícia e da hegemonia do neoliberalismo.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Esta crise foi considerada a maior da história do capitalismo, sendo comparada até com a Grande Depressão de 1929. Iniciou nos Estados Unidos devido à crise do "subprime" (modalidade de empréstimos de segunda linha) e após o colapso da bolha especulativa criada no mercado imobiliário. Já que, devido ao bom momento pelo qual passava o mercado imobiliário, as financeiras americanas passaram a dar crédito e confiar, de forma excessiva, em pessoas que não apresentavam um bom histórico de pagamento de dívidas. Além disso, este bom momento, de baixas taxas de juros e boas condições de financiamento, fez com que os americanos se endividassem para comprar imóveis.

Essa movimentação toda motivou os bancos a transformar empréstimos hipotecários em papéis, vendendo para outras instituições financeiras. O que resultou em uma perda generalizada e no anúncio de prejuízos bilionários por parte de alguns dos maiores bancos norte-americanos que precisaram buscar socorro junto ao Estado para fugirem da falência.

"Alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros, a crise financeira se espalhou pelo mundo todo em poucos meses" (OREIRO, 2011). A mesma explodiu na economia real quando o banco de investimentos Lehman Brothers foi a falência, no dia 15 de setembro de 2008, devido a recusa de socorro financeiro pelo banco central americano, Fed (Federal Reserve). Esta situação impactou tremendamente no estado de confiança dos mercados, eliminando a crença "de que a autoridade monetária norte-americana iria socorrer todas as instituições financeiras afetadas pelo estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário" (OREIRO, 2011).

A eliminação desta crença gerou pânico entre as instituições financeiras que aumentaram sua preferência pela liquidez, levando a um processo de venda de ativos em larga escala e a uma queda brusca nos preços dos ativos financeiros. O "desaparecimento do crédito" resultou na queda da produção industrial e do comércio em todo o mundo.

Até mesmo países em desenvolvimento, como o Brasil, que não apresentavam problemas com seus sistemas financeiros, constataram queda na produção industrial e em seu PIB (Produto Interno Bruto). O Brasil, por exemplo, sofreu uma queda de quase 30% em sua produção industrial e uma contração anualizada de 14% no PIB, no final de 2008.

2 Como o mundo vem enfrentando a crise econômico-financeira de 2007/08

Um questionamento fundamental surgido entre os economistas, em meio ao mundo econômico, foi: "Como enfrentar esta crise?". Em resposta a isto, os governos dos países desenvolvidos fizeram uso de políticas fiscal e monetária expansionista. Dentre elas, o Fed, por um curto prazo, baixou a taxa de juros para 0% e aumentou em 300% seu balanço, com o intuito de dar liquidez aos mercados financeiros dos EUA. Soluções semelhantes foram tomadas pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Banco do Japão.

Barack Obama, presidente dos EUA, aprovou uma expansão fiscal de quase US\$ 800 bilhões como estímulo a demanda agregada. Na área do Euro, Reino Unido e nos países em desenvolvimento, foi dada autorização para o aumento dos déficits fiscais. Na China, o foco foi o aumento no investimento público, em especial em infraestrutura, buscando manter elevada a taxa de crescimento econômico, investindo mais US\$ 500 bilhões.

Por maior que tenha sido a queda do PIB, como também, da produção industrial, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, a crise de 2008 não foi tão catastrófica quanto à

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

crise de 1929. A economia americana, ao final de 2009, apresentou sinais de recuperação alimentando a esperança de um crescimento modesto em 2010. França, Alemanha e Reino Unido saíram da recessão técnica, os dois primeiros em meados de 2009 e o último ao final de 2011. Todavia, notou-se posteriormente que a saída definitiva da crise não seria assim tão fácil. Tanto é verdade que até hoje (2016) os países desenvolvidos, inclusive os EUA, vêm apresentando indicadores econômicos abaixo da média de antes da crise, havendo alguns indicativos, especialmente na área financeira, de que novos soluçoes de crise (os pequenos e médios bancos estão em dificuldades devido as enormes provisões que estão sendo realizadas diante do aumento da inadimplência das empresas e das famílias).

O que surpreendeu, durante a crise, foi o desempenho econômico dos países em desenvolvimento nos anos logo a seguir ao estouro da mesma, muito superior ao dos países desenvolvidos. A China teve um crescimento de 8,5% e 9% em 2008 e 2009 respectivamente. A Índia cresceu 7,3% em 2008 e 5,4% em 2009. Já a Rússia sofreu uma forte queda na atividade econômica, após o crescimento de 5,6% em 2008, recuando 7,5% em 2009. Todavia, com exceção da Índia, a partir de 2011 estes países viram suas economias travarem significativamente. O crescimento chinês recuou para 6,5% ao ano, enquanto o Brasil caiu em profunda recessão (0,1% em 2014; -3,8% em 2015; e projeção de -4% em 2016), assim como a Rússia.

O que ainda deve ser observado é que, tanto na crise de 1929 quanto na de 2007/2008, tem-se uma "clara ineficiência dos mecanismos reguladores do Estado" (MATIAS-PEREIRA, 2009). Ora, as crises nos mostram que é o sistema capitalista e suas imperfeições que dão origem as mesmas, reforçando a necessidade de o Estado atuar como ente regulador.

De fato, a crise atual resultou em uma forte desaceleração econômica no mundo, tendo graves efeitos sobre a renda e o emprego das populações mundiais, o que exige a estruturação de parcerias estratégicas flexíveis. A partir disso, torna-se visível a responsabilidade dos países mais desenvolvidos, como os EUA e a União Europeia (UE), na solução da mesma, pois foi nestes países que se deu o surgimento das bolhas especulativas, decorrentes de falhas de regulação financeira (MATIAS-PEREIRA, 2009).

A desconfiança nos mercados fez com que a crise do sistema financeiro internacional atingisse de forma brusca a economia real. Por mais que os Estados desenvolvidos e emergentes atuassem na preservação do poder regulador da moeda, as economias diretamente envolvidas na crise caminhavam rumo a deflação e a depressão. E se não bastasse isto, o mundo assistiu, na sequência, a queda dramática dos preços dos metais, grãos, energia e outras commodities.

"Observa-se que no sistema capitalista, em geral, as crises financeiras e econômicas mundiais deixam como herança a geração de novas oportunidades, mas em contrapartida reflete de forma perversa em inúmeros setores econômicos e notadamente nos trabalhadores, que se apresentam como a parcela mais vulnerável às crises. Esses efeitos negativos tendem a agravar ainda mais as grandes desigualdades sociais existentes no mundo". (MATIAS-PEREIRA, 2009)

3 Como o Brasil se insere nesse contexto

Em dezembro de 2008, os dados de desempenho da economia brasileira mostravam que a crise econômico-financeira mundial chegava ao país de forma repentina e bem mais grave do que havia sido previsto pelo governo e pelo mercado. Este episódio, somado ao fato de que "a expansão fiscal

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

começou antes da expansão monetária devido a um "comprometimento irracional" do Banco Central (BC) com um regime de metas de inflação muito rígido" (OREIRO, 2011), fez com que o governo Lula aprovasse um pacote de estímulo fiscal, aumentando o investimento público, reduzindo impostos e aumentando o valor do salário mínimo e do seguro desemprego.

Após o colapso da produção industrial e da ameaça da demissão do presidente do Banco Central, adotou-se a política de redução da taxa de juros. Porém, o relaxamento da política monetária não impediu que o PIB fosse negativo em 2009 (-0,2%).

Com isto, percebe-se que o desempenho econômico brasileiro no período da crise foi bem distinto do observado na China e na Índia, por exemplo. A China teve um crescimento de 8,5% e 9% em 2008 e 2009 respectivamente. A Índia cresceu 7,3% em 2008 e 5,4% em 2009. Enquanto o Brasil cresceu 5,1% em 2008 e recuou 0,2% em 2009. Porém, puxada pelo consumo interno, graças ao apoio estatal, em 2010 a economia brasileira apresentou uma momentânea recuperação, atingindo 7,6% em seu PIB.

"No Brasil o efeito da forte desvalorização do real em relação ao dólar na segunda metade de 2008 foi compensado, no índice de inflação, pela redução nos preços das commodities que ficaram, em média, cerca de 45% mais baratas..." (MATIAS-PEREIRA, 2009). E não só isso, os quadros de demissões nos meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009 mostravam perdas significativas nos postos de trabalho. O que fez com que o governo repensasse uma forma de comunicação com a sociedade na tentativa de manter a confiança.

É visível que o crescimento das importações dos produtos agrícolas tem relação com a taxa de expansão do PIB mundial e que o perfil de exportações brasileiro está diretamente ligado aos produtos agroindustriais. Em 2007, por exemplo, a exportação deste setor representou cerca de 35%, destacando-se a soja em grão, farelo e óleo, o açúcar e as carnes bovina, suína e de frango. Porém, sabe-se que estes produtos sofrem baixos ajustes, tanto para mais, quanto para menos, quando os preços sobem ou descem. Sendo assim, têm-se benefícios com a exportação desses produtos quando os preços estão em alta, mas prejuízo quando os preços estão em queda. Sem falar na forte influência do câmbio na formação do preço em moeda nacional.

No período da crise econômico-financeira, o Brasil, que se destacava no ranking dos maiores exportadores mundiais de produtos agroindustriais, assistiu a uma grande deterioração na demanda e no preço de seus produtos (MATIAS-PEREIRA, 2009). Dentre os produtos exportados, os que apresentam maior dinamismo, são as carnes, suína e de frango, e a soja, em grão, farelo e óleo. Estes produtos apresentaram um crescimento no seu comércio semelhante ao crescimento do PIB mundial. Entre 2000 e 2008, enquanto o PIB mundial teve um crescimento de 113%, a demanda destes produtos teve um aumento significativo, entre 67% e 100%.

Todavia, os demais produtos agroindustriais apresentaram-se menos dinâmicos, com crescimento acumulado em 44% para o algodão, 38% para o milho, 26% para o açúcar e 24% para a carne bovina. Mesmo assim, as "exportações agrícolas totais com um crescimento de 152% aumentaram acima da economia mundial" (MATIAS-PEREIRA, 2009).

"O forte aumento dos preços das commodities, verificado a partir de 2003, contribuíram para o crescimento do comércio em valor, dado que os volumes também cresceram significativamente" (MATIAS-PEREIRA, 2009). Porém, em 2008, depois de vários meses de alta ininterrupta, mais precisamente de julho até novembro, os preços mundiais dos produtos agroindustriais sofreram forte queda. Os produtos da soja tiveram uma queda entre 37% e 46%, o milho caiu 38%, o algodão

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

29% e o açúcar 15%. Já o preço das carnes brasileiras não sofreu muita influência, porém, a carne suína e de frango apresentaram uma queda de 4% e 3% respectivamente, já no período entre setembro e outubro de 2008.

A partir de 2011 o modelo brasileiro de manter o crescimento via apoio ao consumo interno se esgota. O governo de então não percebendo isso, continuou insistindo com programas públicos de apoio ao consumo, fato que comprometeu as contas públicas e o país marchou para uma crise fiscal sem precedentes. A mesma ajudou a levar o país para a recessão econômica destes últimos anos. Diante desta situação, conseguir apoio da sociedade e do parlamento é essencial para que o Brasil consiga reverter o atual cenário de crise, avançando para além das ações de curto prazo. É importante que se defina uma nova política que tenha seu foco na política fiscal mais do que na política monetária. Em resposta a isto, será necessário a realização de cortes nos gastos do setor público (ajuste fiscal profundo), investimentos em setores estratégicos, diminuição de impostos e reformas estruturais profundas (previdenciária, trabalhista, tributária...). Ao mesmo tempo, a pressão inflacionária deve ser contida para que se possa reduzir os juros básicos, hoje muito altos (a Selic está em 14,25% a.a.). O Brasil precisa, sem dúvida, atacar frontalmente tais problemas que, no tempo, acabaram por inviabilizar o governo da presidente Dilma, levando ao seu impedimento político. O governo temporário de Michel Temer (até então vice-presidente) está na obrigação de, via uma política fiscal e monetária duras, corrigir a rota econômica do país sob pena de o mesmo não se recuperar adequadamente do estado de crise em que está.

Considerações Finais

Nenhuma economia mundial é imune aos efeitos da crise. Os Estados-nação, em especial os que possuem as economias mais ricas, ao não adotarem medidas de regulação do mercado financeiro, provocaram uma enorme concentração de renda no mundo. Os resultados disso são: preços irrealistas de mercadorias, bens e serviços; bolhas especulativas no mercado imobiliário; entre outros. O que gera, por consequência, a paralisação da economia.

Diante da dimensão da crise econômico-financeira de 2007/2008 o mundo pode vivenciar, pela primeira vez na história, a uma deflação sistêmica em escala global. Este risco torna imprescindível a adoção de estratégias econômicas, financeiras e contábeis, a nível mundial, para reverter os efeitos da crise. Cada Estado-nação deve considerar suas particularidades, sem esquecer que as estratégias devem ser tomadas de forma que beneficiem a todos os países.

Analisando o caso do Brasil, conclui-se que os desafios são imensos, pois a crise que atingiu o país, após as reações à crise mundial, postas em prática em 2009/10, levaram o Estado ao forte intervencionismo sem controle dos gastos públicos, inviabilizando o processo. Assim, o estágio atual é de duros ajustes, ao mesmo tempo em que se tem de preservar, o melhor possível, os programas sociais. É preciso recuperar a taxa de investimentos, a qual exige melhoria da taxa de poupança nacional. Para completar o quadro, o Congresso Nacional e a sociedade devem entender que precisam apoiar tais medidas, muitas impopulares, para se criar um real ambiente de saída da crise. Não há mais espaço apenas para ações de curto prazo. As questões agora exigem medidas estruturais, de longo e duradouro alcance. Ou seja, o remédio será amargo para a Nação e não há mais como evitá-lo.

Palavras-Chave: Economia. Crise. Brasil.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Referências

BRESSER-PEREIRA, L. C., A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Publicação em: 10 fev. 2010. Acesso em 03 jun. 2016.

MATIAS-PEREIRA, J. Efeitos e custos da crise financeira e econômica global no Brasil. Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 108, 2009. Texto completo. Disponível em <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

OREIRO, J. L. Origem causas e impactos da crise. Disponível em: <<https://jlcoureiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/>>. Publicação em: 13 set. 2011. Acesso em: 03 jun. 2016.

SILBER, S. D. A economia mundial após a crise financeira de 2007 e 2008. São Paulo: Revista USP, n.85, p. 82-93, março/maio 2010.